

Conspiração Grisalha. Segurança Social, Competitividade e Gerações.
Fernando Ribeiro Mendes, *Conspiração Grisalha. Segurança Social, Competitividade e Gerações*, Oeiras, Celta Editora, 2005.

Isabel Dias
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

A presente obra encontra-se repleta de actualidade. Dada a experiência política e governativa do autor, ela reflecte uma “visão por dentro” sobre os limites e desafios da segurança social nos nossos dias.

Tomando como eixo analítico o elo social designado por “nexo de gerações”, o autor propôs-se estudar o “relacionamento económico entre as gerações nos domínios da segurança social e da competitividade” (1). Longe de ficar circunscrito a uma abordagem estanque, transversal das economias num dado momento, partiu, nas análises desenvolvidas em cada capítulo, do “fluir das vidas humanas e da sobreposição sistemática das existências” (4).

Ao assegurar a continuidade das comunidades humanas, o “nexo entre gerações” assenta, nos nossos tempos, em pilares económicos institucionalizados em grandes sistemas sociais, com destaque para a educação dos mais jovens e a segurança social. A mudança das relações milenares baseadas no parentesco e nas redes de vizinhança, associada ao envelhecimento das populações, vieram pôr em causa os “antigos contractos”. Refere o autor, que “conflitos abertos entre gerações podem emergir” (3), comprometendo ainda mais “a sustentabilidade económica, política e financeira do nexo geracional ao nível dos sistemas de segurança social” (2). A “Conspiração Grisalha” compromete seriamente o futuro das gerações mais jovens, em risco de colisão com as gerações activas actuais, que hipotecam o “legado sucessório à manutenção do regime financeiro da repartição sem fundamento prévio das pensões atribuídas” (6). Confrontadas com uma perda sistemática de oportunidades e com o declínio das expectativas sobre um justo equilíbrio de benefícios, existe um forte risco de “guerra de gerações”.

Tendo como referência os referidos eixos analíticos o autor estruturou a presente obra em 7 capítulos.

Intitulado “Longevos e não fecundos”, o capítulo I inicia-se com a história do Sr. Artur S. que reunido, à hora do jantar, com a família profere as más notícias. O negócio da família chegara a um ponto de ruptura. O “132”¹ ia ser activado, obrigando a um reposicionamento das vidas que preenchem as três gerações que constituem a sua família e as dos trabalhadores da sua empresa (“Sicranos”). A partir da história de vida desta família, o autor ilustra o tipo de “emergências” com que se deparam algumas famílias actualmente, desenvolvendo, de seguida, a problemática da evolução civilizacional do relacionamento entre gerações face aos riscos sociais e às perspectivas de sucessão. O autor situa o fenómeno do envelhecimento populacional neste contexto e discute, ainda no capítulo I, as consequências sociais e económicas da evolução demográfica recente nos países desenvolvidos e em Portugal.

O capítulo I encontra-se dividido em cinco secções, procedendo o autor, nas duas primeiras, à análise histórica europeia do relacionamento intergeracional (17-16) e à discussão da experiência contemporânea de organização do ciclo de vida individual em três idades e sua posterior fragmentação (26-36). No que concerne a este último ponto, mostra que nas sociedades “em mosaico”², os vínculos interpessoais foram superados por laços institucionais entre sujeitos jurídicos e gerações (29). Considera que a educação pela sociedade, enquanto processo recorrente (e.g. formação contínua), a par da precarização do emprego e da versatilidade das formas de angariação dos rendimentos, trouxe novos cenários de competências, de actividades profissionais e de rendimentos, os quais, por seu turno, vieram complexificar os modelos familiares actuais e alterar o sentido das solidariedades (cf. p. 34).

Nas secções seguintes (1.3, 1.4.), o autor tenta penetrar analiticamente “o pesado véu das transições demográficas”, recuperando a relação entre demografia e economia. A análise das transições demográficas nos últimos 20 anos conduz ao Portugal Grisalho do novo século, “impulsionado pela democratização da sociedade portuguesa, depois de 1974” (45). Reagindo ao problema das “subsistências”, que marcou fortemente os anos 80, as famílias portuguesas rapidamente assumiram a escolha do momento, da qualidade e do número de filhos que desejam ter. Fazem-no, no presente, segundo um cálculo acerca da mudança do valor do tempo das mulheres e da quantidade e qualidade dos filhos desejados (cf. p. 47).

¹ Decreto-Lei n.º 132/93, o qual se refere ao “processo especial de recuperação de empresas e falências” (15).

² Isto é, naquelas em que se afirma o paradigma das “três idades” (da infância à juventude, da idade adulta à velhice), correspondendo cada uma a processos de socialização baseados “sucessivamente na família nuclear, na escolarização universal, na actividade profissional e na protecção social universal” (29).

Na secção 1.5., o autor retoma o conceito central de “nexo geracional”. Este radica “no sucesso da transmissão de umas gerações para as outras de representações mentais, entre as quais avultam os valores que inspiram as condutas dos indivíduos nas sociedades” (50). A este propósito, conclui que a “relação entre gerações está claramente metamorfoseada no sentido da institucionalização “impessoal”, especialmente no que diz respeito aos mais velhos” (50). A formação do Estado nacional e a modernização das sociedades fizeram com que os pilares do nexo geracional transbordassem para fora dos vínculos de proximidade, isto é, conduziram a “uma profunda reorganização dos laços entre gerações, projectando-os em toda a comunidade nacional” (52).

O capítulo 2, “Transacções e riscos”, tem como objectivo fundamental a sistematização de certos conceitos essenciais para a análise do funcionamento das economias. Trata-se de compreender “as lógicas dos actos económicos singulares e colectivos que sustentam não só a convivência actual entre membros de diferentes *coortes*, como a sucessão das gerações e a precaução relativamente ao futuro, afectando os contornos do nexo geracional (55). O presente capítulo está igualmente estruturado em 4 secções. Na primeira, analisa-se as lógicas de transacções entre agentes; na segunda, as transacções entre gerações; na terceira, estuda-se o risco implicado pela industrialização e o moderno crescimento económico; na última, o autor centra-se na análise do triunfo da estratégia colectiva de segurança social. Esta, na sequência dos actuais ganhos de longevidade, vê-se obrigada a redefinir a estratégia de previdência e de partilha colectiva de riscos, o que implica novos desenvolvimentos do nexo geracional. O aumento da duração dos períodos de sobreposição das vidas e das sucessivas gerações exige novas “definições e articulações com as formas de protecção organizadas segundo as diferentes lógicas de transacção” (92-93). Só desta forma é possível dar “resposta às incertezas, velhas e novas, que ameaçam o nosso destino colectivo e individual” (Idem).

No capítulo 3 – “Entre previdência e partilha”, seguindo a mesma estrutura, o autor propõe uma clarificação conceptual e empírica da questão do financiamento das seguranças sociais, dando conta do seu desenvolvimento em Portugal e na União Europeia. Em cinco secções, analisa a evolução recente dos principais países desenvolvidos em que prevalece o Modelo Social Europeu e explora as suas vulnerabilidades à transição demográfica; traça as perspectivas de reforma do Estado de Bem-Estar e da segurança social, dando conta dos principais debates sobre o tema ao mesmo tempo que ilustra a sua evolução em Portugal. Analisa ainda a emergência da crise de sustentabilidade do sistema e as primeiras medidas implementadas até e depois de 1995; reflecte, por fim, sobre o fracasso das referidas medidas, ao mesmo tempo que coloca a questão da sustentabilidade financeira das pensões (97).

Retomando a história da empresa “Sicranos” e as reflexões de Artur S. quando presidira uma mesa-redonda sobre temas económicos, o autor aborda,

no 4.º capítulo, o conjunto de factos e explicações do crescimento, de forma a contextualizar a nossa situação histórica nesta matéria, assim como as nossas expectativas actuais. Na secção 4.1. do presente capítulo, começa por analisar certos factos históricos incontornáveis, a par da dinâmica decorrente do acréscimo populacional e da produção das subsistências. Fala-nos dos “enigmas do (nosso) crescimento, com destaque para a discussão sobre a sustentabilidade do modelo de vida designado por “ricos e ociosos”. Refere que para nós esta discussão é crucial. O moderno crescimento económico só se instalou em Portugal entre 1950 e 1973. A esta descolagem tardia para o crescimento, o autor acrescenta o fraco crescimento populacional registado nesse período. Apesar de reconhecer que em certos períodos tivemos “bons desempenhos” do ponto de vista do crescimento (145), a convergência com os países mais ricos continua por fazer. Todavia, o Estado não deixou de promover a partilha colectiva dos riscos sociais, o que implicou e continua a implicar um grande esforço redistributivo (Idem). Tal estratégia coloca enormes desafios aos níveis de crescimento económico alcançados até aos nossos dias. Assim, em que medida a dinâmica das economias mundiais conseguirá acompanhar as das suas populações, sem comprometer o modelo “ricos e ociosos”? Isto é, sem pôr em causa uma “condição social que sempre fora privilégio de pequenos grupos, justificada com fundamentos religiosos, filosóficos e políticos variados (...), agora ao alcance de quase todos os membros das gerações presentes numa fracção crescente das suas vidas, incluindo a que maior angústia causara no passado recente – a velhice”? (144)

Nas secções seguintes (4.2, 4.3, 4.4. e 4.5), o autor analisa os actores, os meios e as oportunidades de crescimento, com destaque para o papel dos chamados empreendedores. Ressalta os aspectos negativos da ruptura entre poupança e investimento e do declínio moderno da motivação para a poupança por parte dos agentes. A este propósito mostra que no mundo pré-industrial a poupança das famílias obedecia “à lógica dinástica da primogenitura e da vinculação, que impediam a fragmentação das heranças” (161). Em contrapartida, o “relacionamento moderno das gerações” com a poupança assume uma dupla configuração: uma natureza privada, em que as famílias poupam por previdência, face à incerteza do futuro; mas também poupam para poder investir na qualidade de vida dos seus descendentes (162). Geralmente, estas duas motivações sobrepõem-se.

A lógica moderna da poupança, ao descentrar-se da motivação dinástica, passa a resultar de actos que reflectem o comportamento “médio” das famílias sem distinção de classe, sendo o seu objectivo o consumo diferido (164). “O agente antecipa rendimentos e necessidades no futuro; tem em conta a sua esperança de vida e a sua preferência temporal na escolha” (Idem). Impondo-se a lógica do interesse individual, é de novo a organização do nexó geracional que fica comprometida: este passa a ser “colectivizado”, no sentido em que é confiado ao “Estado quase em exclusividade” (165).

Nas últimas secções do capítulo 4, o autor realiza ainda uma análise do crescimento em termos endógenos e recupera a noção de “empreendedorismo”, enquanto conceito fundamental e catalizador do crescimento (173-188). Conclui o referido capítulo, retomando a problemática da gestão dos riscos num país, em que após o 25 de Abril de 1974 e a descolonização, se viu a braços com a sua modernização. Termina aludindo à cultura bem portuguesa do “queixume” e do “eles”, enquanto entidade abstracta responsável (em que o Estado ocupa um lugar de destaque) pelos nossos desígnios. Sem esquecer as preocupações iniciais do Sr. Artur S., o autor sugere que a noção de “empresa” tem de mudar. Antes de mais as empresas “devem ser compreendidas como espaços de cooperação e de conflito entre parceiros múltiplos detentores de legítimos interesses quanto ao seu desempenho (...)” (188). Devem também ser “activa componente da reconfiguração do nexo geracional, tornando-o mais amigo da competitividade e do crescimento” (Idem).

Chegara a altura dos filhos de Artur S., Rita e Jaime, se pronunciarem sobre o “drama familiar”. Rita não se conforma com o modo como a “terceira geração” não soube gerir o negócio, acusando-a de falta de empreendedorismo na gestão da empresa. Por seu turno, o irmão, Jaime, acredita que a “competitividade das empresas depende de uma adequada inserção na cadeia global de valor”; que “as dificuldades não se devem ao declínio das famílias empresárias, mas a erros estratégicos de gestão”; e que quem desconhecer “como desenvolver vantagem competitiva baseada nas competências e nos recursos fundamentais que singularizam cada empresa na arena da concorrência (...) pode ver a sua existência ameaçada (...)” (190).

A referida discussão entre os filhos de Artur S., serviu de mote para o autor aprofundar, no capítulo 5, a análise sobre o moderno crescimento centrado, agora, nas empresas e na competitividade, de forma a compreender os tempos incertos vividos pela economia portuguesa e o comportamento dos agentes face aos desafios económicos (190). Sem deixar de ter por referência os “pilares do nexo geracional”, o autor organizou o presente capítulo em cinco secções. Assim, na primeira (5.1), procede a uma análise do modelo de crescimento português e seu esgotamento, perante a globalização da década de 80; na segunda (5.2), aprofunda a análise sobre a problemática da competitividade das empresas e as mudanças operadas no modelo de gestão no último meio século; na terceira (5.3), retoma a questão da produtividade e seus determinantes; na quarta (5.4), problematiza a dimensão intergeracional da competitividade da economia; na última secção (5.5.) explora algumas questões suscitadas pela reestruturação do sistema empresarial português na década de 90, com destaque para as que incidem sobre a competitividade na sua dimensão intergeracional (191).

Jaime, termina no capítulo 6, a discussão com a irmã Rita, com a frase “O que não tem remédio, remediado está”. Será este o futuro possível para Portugal? – “Uma certa mediocridade remediada e sem alma, voltada para os consumos

das grandes massas de idosos que povoam já, e ainda mais o farão no futuro, as regiões desenvolvidas do mundo”? (242) Tendo por referência esta interrogação, o autor aprofunda as problemáticas da protecção da velhice e dos riscos sociais que afectam os idosos, assim como os problemas que desafiam a sustentabilidade das seguranças sociais. Nas secções que compõem o presente capítulo, analisa os riscos sociais inerentes à longevidade; evidencia a dificuldade de controlo dos custos das pensões de reforma e a fragilidade dos pilares (sociais e financeiros) que sustentam onexo geracional; aborda, a propósito dos debates acerca da gestão dos riscos sociais, as temáticas da capitalização e da privatização dos sistemas públicos de pensões; trata a temática da (in)justiça entre gerações na óptica dos riscos da longevidade; e por último, retoma a análise da reforma da segurança social em Portugal, centrada na tese da “conspiração grisalha” (242-243).

Com efeito, de eventualidade residual, segurável e pouco dispendiosa, pois a esperança de vida após a reforma era mais reduzida, a terceira idade passou a ser encarada como um risco social, acrescido pela melhoria da taxa de morbilidade (245). Associado às mutações económicas contemporâneas e aos progressos de longevidade, as incertezas que afectam a condição social dos idosos advêm agora de três fontes: a ameaça à empregabilidade, a partir de certas idades, com consequências ao nível do aumento dos contingentes do desemprego estrutural; a questão da (falta de) qualidade de vida após a retirada do mercado de trabalho; a insegurança relativa aos montantes e continuidade das prestações substitutivas do rendimento num horizonte de longevidade tendencialmente elevada (246). A velhice ficou assim “estilhaçada”, isto é, fragmentou-se em novos riscos induzidos pelas fontes de incerteza citadas. “Os progressos de longevidade, a mudança estrutural das famílias e o modo de vida urbano convergem na exposição ao isolamento social daqueles que se retiram definitivamente do mercado de trabalho” (247). Paralelamente, se as flutuações estruturais de desempenho económico dos países não conseguirem compensar o ritmo de envelhecimento demográfico, a competitividade intergeracional ficará em risco. As desigualdades entre gerações serão mais evidentes, de tal forma que “as mais novas verão as mais velhas apropriarem-se dos ganhos de produtividade realizados, sendo cada vez mais difícil dar justificação ética às transferências entre elas” (250). Tal preocupação conduziu alguns países à implementação das chamadas “reformas de primeira geração”, no sentido de adequar os sistemas à sociedade em mosaico (Idem). No nosso país o risco relativo de pobreza entre a população idosa é superior, o que é agravado pelo facto das prestações pecuniárias fixas serem muito vulneráveis a riscos de segunda ordem, como a inflação (251). Tendo em consideração todos estes aspectos, o autor considera que “a reforma dos sistemas de pensões e da protecção contra os riscos de longevidade converteu-se no tópico mais importante dos debates contemporâneos sobre onexo geracional” (252).

Na última parte do capítulo 6, o autor desenvolve a problemática da intermediação de gerações, enquanto forma de neutralização das ameaças

que pesam sobre o rendimento diferido (253); dá exemplos de países onde a profundidade das mudanças tornou visível a crise da intermediação geracional (260); trata a questão da equidade “perdida” (268); e termina com uma reflexão sobre o “Portugal dos pensionistas”, mais concretamente sobre a sustentabilidade das pensões (274-295). A este propósito, e no sentido do título da presente obra, conclui que “a conspiração grisalha ganhou, sem dúvida, o primeiro assalto de um combate entre gerações, fazendo prevalecer o interesse comum que é exclusivo dos activos actuais com 50 e mais anos de idade, sobre todos os outros” (294).

Por fim, o autor, a jeito de considerações finais, coloca a seguinte questão: “Mais velhos e mais sensatos?” (297). Tendo por referência tal interrogação, percorre a evolução, nos últimos 30 anos, das principais áreas de intervenção da segurança social em Portugal; das formas de apoio aos mais desfavorecidos, entre os quais os idosos, ao longo da década de 90; fala da importância do Envelhecimento Activo, tanto nos domínios da acção social, dos cuidados de saúde e das políticas de família (300); refere, por último, as implicações para Portugal da reforma do sistema de pensões da segurança social, a qual deverá passar por “uma nova dinâmica que estabilize a dimensão competitiva do nexó geracional, em favor do crescimento económico e da equidade entre gerações” (302-303).

Para concluir a presente recensão, nada melhor do que as palavras do próprio autor: “Morrer devagar” é o santo e a senha das sociedades actuais. De todo o modo, não se pode ocultar as novas incertezas que enfrentamos. (...) A angústia do envelhecimento, que parece controlada se não mesmo eliminada, toma, afinal, novas formas que continuam a impregnar de ansiedade as nossas vidas” (p. 33). Ansiedade que é agravada por um forte risco de “guerra de gerações”. Na ausência da fartura dos anos dourados de excepcionalismo que desresponsabilizaram as gerações activas face aos riscos, os “reformados actuais, os jovens inactivos ou em início de actividade e activos mais idosos podem entrar em colisão, procurando uns e outros recuperar ou sustentar posições de privilégio relativo na sociedade” (110-111). A “protecção social do futuro, sobretudo na Europa, deve encontrar soluções que contrariem os excessos anteriores do providencialismo público” (110). É necessário o desenvolvimento de um novo pacto entre gerações, com vista ao restabelecimento de “um justo equilíbrio de expectativas e de benefícios para todas elas” (111). “Quando isto está ameaçado não se trata de pouca coisa” (312); pois é no pacto entre gerações que se fabricam os fios que se tecem entre elas e que se preserva o nexó que as une sucessivamente (Idem).

O presente livro constitui uma obra rica, complexa e extremamente actual. É uma referência incontornável sobre a problemática do envelhecimento e dos desafios que coloca à sustentabilidade económica, política e financeira do nexó geracional ao nível dos sistemas de segurança social. Trata-se de obra de leitura indispensável.